

Processo Seletivo Simplificado para os Cursos de Especialização em “Políticas Públicas”, Especialização em “Direito Administrativo” e Especialização em “Engenharia Civil: Infraestrutura e Obras Públicas” 2026

2ª RETIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS AOS RECURSOS PROTOCOLADOS 2026

A Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, vinculada ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo, torna pública a retificação das respostas aos recursos do Processo Seletivo 2026 para os Cursos de Especialização em Políticas Públicas, Especialização em Direito Administrativo e Especialização em Engenharia Civil: Infraestrutura e Obras Públicas.

I) Na Questão N° 30, das respostas aos recursos do curso de Especialização em Políticas Públicas foi incluída a explicação sobre o motivo da anulação da referida questão.

ONDE SE LÊ:

Na página 10 do artigo “Sistemas alimentares em disputa: respostas dos movimentos sociais à pandemia Covid-19.” há a seguinte citação: “Sem desconsiderar o fato de que 70% dos municípios rurais não têm acesso à rede mundial de computadores, as notícias da Contag destacam essa mobilização como um momento de debate sobre temas, como novas práticas de comercialização, e sobre a necessidade de produzir de maneira agroecológica.”. Esta informação confirma que a maioria dos municípios rurais brasileiros não tinham acesso à rede mundial de computadores naquele momento.

LEIA-SE:

Considera-se uma inconsistência presente na alternativa [a], a qual gera ambiguidade ao candidato. A ambiguidade decorre da tipologia proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a caracterização de espaços urbanos e rurais, amplamente utilizada em relatórios e publicações do instituto. Essa tipologia classifica os municípios brasileiros em cinco categorias: urbano, intermediário adjacente, intermediário remoto, rural adjacente e rural remoto. Importa destacar que tal classificação não define municípios como absolutamente rurais, mas sim como predominantemente rurais, uma vez que mesmo nesses podem existir áreas urbanas. Assim, torna-se impropriedade a afirmação da alternativa [a], segundo a qual a maioria dos municípios rurais brasileiros não tinha acesso à rede mundial de computadores. Primeiro, porque não existe categorização absoluta desses municípios como rurais, mas uma classificação relativa que os caracteriza como predominantemente rurais, podendo ser adjacentes ou remotos em relação a centros urbanos. Segundo, porque a formulação da alternativa induz à interpretação de inexistência total de acesso à rede mundial nesses municípios, o que é improvável, dado que se tratam de municípios predominantemente, e não absolutamente, rurais.

ONDE SE LÊ:

Diante da análise feita reiteramos que a alternativa A é a que deveria ser assinalada. Desta forma, a questão e o gabarito não merecem revisão e não prospera o recurso.

LEIA-SE:

Diante da análise realizada e por não haver nenhuma alternativa correta, consideramos que a questão 30 deve ser anulada, conforme o item 23 do regulamento do processo seletivo.